

A História do Estado-Maior

“O TEU NOME ESTÁ GRAVADO NA HISTÓRIA”



Coronel PM José Sotero de Menezes

ESTADO-MAIOR GERAL DA POLÍCIA MILITAR: HISTÓRIA E MEMÓRIA DAS TROPAS PARAENSES.

A construção da identidade do Estado-Maior Geral (EMG) da Polícia Militar se alicerça no “servir e proteger” próprio do cotidiano da atividade policial militar positivada nos artigos 42 e 144, § 5º e 6º da Carta Magna de 1988, tendo em vista que todas as atividades de Polícia Ostensiva e de preservação da Ordem Pública perpassam pelo conjunto de atribuições constitucionais trabalhadas como doutrina pelo EMG. Por isso, a relevância de ressaltarmos outros momentos que o Estado-Maior esteve presente ao longo do processo de mudanças sociais testemunhadas por fontes históricas que apresentam parte da atuação da tropa paraense.

A história e a memória fortalecem a identidade social do Estado-Maior Geral, reorganizado em 2014, ao mesmo tempo em que apresenta uma explicação voltada ao tempo-presente, mas que interage intimamente com a construção de um passado militar relacionado à história do Estado do Pará.

Esta nomenclatura Estado-Maior acompanha os militares do nosso estado em vários “espaços-tempos”, e mostra uma trajetória social muito alicerçada no contexto do século XIX e nas experiências da tropa paraense. Essa historicidade solidificou a criação de um setor que auxilia o comandante da Corporação a tomar decisões ao longo dos séculos XIX e XX.

Dessa forma, é possível entender o EMG como construção jurídica no século XXI, porém, é preciso ressaltar um passado fruto das experiências dos policiais militares no âmbito das mudanças sociais que valorizam a pesquisa sobre a atuação estratégica desse setor da Corporação militar paraense na região amazônica.

A CONSTRUÇÃO DA NAÇÃO BRASILEIRA E AS TROPAS LOCAIS (1809-1889)

A história dos militares na região amazônica se destaca pelo processo de criação de tropas de primeira, segunda e terceira linhas que protegiam o território do ataque de estrangeiros e solidificaram, no caso brasileiro, o controle sobre a colônia lusitana na América.

A partir da chegada da família real ao Brasil em 1808 e da declaração de guerra contra a França em 1809, tropas paraenses foram utilizadas na tomada de Caiena, fortalecendo assim o Exército Português. No entanto, a estrutura militar formada por Praças e Oficiais subalternos que invadiram Caiena já atuava como tropas de Auxiliares no antigo Grão-Pará e Maranhão.

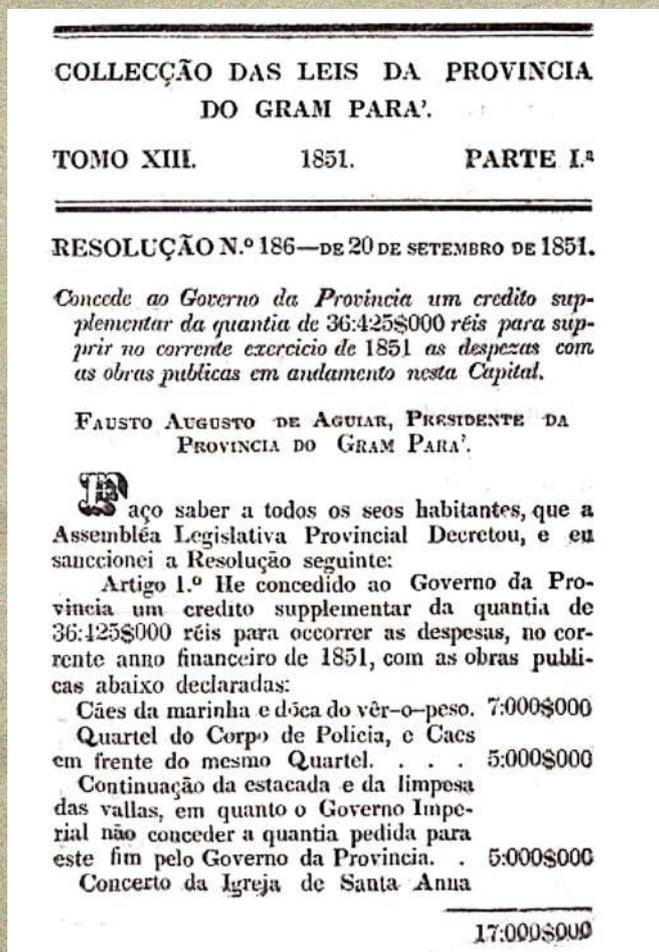
Nesse contexto intenso de defesa e segurança das terras lusas, o centro do poder político passou a ser centralizado no Rio de Janeiro, com a chegada da corte metropolitana no Brasil a partir de 1808, colaborando para o posterior processo de emancipação política do Brasil. No caso paraense, esse evento resultou na criação do Corpo de Polícia pelo Conde de Villa Flor em 1818, sob o comando de José Victorino de Amarantes. Conforme percebe-se no relato de Antônio Ladislau Monteiro Baena sobre a criação do Corpo de Polícia:

Assiste no dia 10 de março a abertura do curso de Estudos Theoreticos do Corpo de Artilharia, em cujo ato o Primeiro Tenente Antônio Ladislau Monteiro Baena encarregado interinamente das funções de Lente pronunciou um discurso dirigido ao Governador em nome dos Oficiais Militares da Província. Destaca dos Regimentos de Primeira Linha, um certo número de praças para formar um Corpo sob comando do Ajudante do Corpo de Artilharia José Victorino de Amarante destinado a auxiliar as medidas de polícia correccional e preventiva; coloca estaçoens de Guardas Policiaes em diferentes partes da Cidade; e desobriga os mesmos Regimentos de fecundá-la de Patrulhas noturnas (Baena, 1939, p. 306).

Possivelmente, houve a formação de um Estado-Maior das tropas paraenses em Caiena (1809) e durante a criação do Corpo de Polícia (1818). Contudo, caberia um levantamento histórico específico sobre as fontes que poderiam apontar para a criação do setor da tropa consultivo do Comandante-Geral nos momentos citados, assim como durante a própria Cabanagem (1835-1840). Essas hipóteses são especulações, tendo em vista que normalmente os comandantes precisavam tomar decisões e, por vezes, consultavam seus Oficiais que formavam o Estado-Maior.

Após mais de uma década de encerramento do movimento da Cabanagem (1835-1840), procedeu-se à construção do quartel do 1º Corpo de Infantaria Estadual, atual *Complexo Histórico Tiradentes*, com o objetivo de servir como espaço de acantonamento das tropas da Polícia Militar. Atualmente, o local abriga diversas unidades da Corporação, tais como o Comando de Policiamento da Capital I (CPC I), Centro de Memória, Batalhão de Polícia Turística (BPTUR) e o 28º BPM (Batalhão Águia). A seguir, a figura 1 destaca a resolução que determinava a construção do quartel.

Figura 1: Construção do Quartel do Corpo de Polícia (1851)



Fonte: Coleção de leis da Província do Grão-Pará, Obras Raras, FCP, Centur.

Essas evidências sobre a ação dos militares no Grão-Pará nos tempos anteriores à independência brasileira em 1822 e no período posterior ao movimento cabano possibilitam pensar na existência de um Estado-Maior no Corpo de Polícia Paraense. Assim, temos evidências, pois a partir do fim da Guerra do Paraguai (1864-1870), foram encontrados documentos históricos que destacam o Estado-Maior como um setor consultivo do Comandante-Geral da Corporação Militar provincial, conforme ilustrado na tabela 1 a seguir:

Tabela 1: Quantitativo militar do Corpo de Polícia do Pará - 1878

Estado Maior	Quantidade de Militares
Major Comandante 1	Quatro oficiais
Tenente ajudante 1	
Tenente quartel mestre 1	
Alferes secretario 1	
Estado menor	Dois Praças
Sargento Ajudante 1	
Corneteiro Mor 1	
Corpo efetivo de cada companhia	101 militares por companhia (03) três oficiais (98) noventa e oito praças
Capitão 1	
Tenente 1	
Alferes 1	
1° Sargento 1	
2° ditos 2	
Furriel 1	
Cabos 10	
Soldados 82	
Cometeiros 2	
Quantitativo da força policial	Estado maior - 4 Estado menor - 2 4 companhias - 404
Total: 410	

Fonte: Relatórios da Assembléa Legislativa da província do Pará em 22 de abril de 1878.

O Estado-Maior especificado na tabela acima ressalta o Corpo de Polícia da Província do Grão-Pará, unidade que permaneceu durante boa parte do século XIX sob comando de Oficiais superiores do Exército, principalmente Majores e Tenentes-Coronéis, que contavam com Oficiais militares nas unidades determinadas, assim como um corpo de Oficiais Auxiliares imediatos, citados nos relatórios provinciais como *Estado Maior* e *Estado Menor*. Essa seção contava com militares do posto de Alferes a Major, de forma a organizar o Corpo Policial até a segunda metade do século XIX, quando a tropa foi organizada em uma *Guarda Urbana* e a *Força Policial* (1879 - 1881).

A Guerra do Paraguai (1864-1870) e o contexto vitorioso da Tríplice Aliança (Brasil, Argentina e Uruguai) fortaleceram a tropa paraense sob o Comando do Major Antônio Nicolau Monteiro Baena, que comandou as tropas paraenses do Corpo Policial após participar da guerra na região da bacia platina.

Durante o período do Reino Unido e império brasileiro, o uso do termo “Estado-Maior” aparecia implicitamente no contexto da invasão de Caiena (1809), Cabanagem (1835-1840) e Guerra do Paraguai (1865-1870). Esses fatos históricos fortaleceram o Exército Brasileiro, que, seguindo a ideia colonial, normalmente colocava Oficiais superiores para comandar as Forças Policiais. Nesse sentido, as mudanças ocorridas na estrutura militar do Exército foram automaticamente difundidas entre as tropas paraenses. Dessa forma, o Estado-Maior existente no Exército Brasileiro, possivelmente influenciou na composição da força militar local.

DE SOTERO DE MENEZES A FONTOURA: UMA CONSTRUÇÃO REPUBLICANA

O Regimento Militar do Estado passou por um processo de reformulação após a Guerra de Canudos (1897). Esta situação levou a publicação de um relatório das ações da Força Pública paraense no Comando do Coronel PM Sotero de Menezes. Nesse relatório é possível observar a continuidade de um padrão de organização militar que aparecia no Império Brasileiro com a manutenção do Estado-Maior do Regimento e de cada Batalhão com seu Estado-Maior específico, conforme a tabela 2 a seguir:

Tabela 2: Organização das Companhias e do Estado-Maior e Menor sob comando do Coronel Sotero de Menezes

Classificação	Comando do Regimento	Corpo de Cavalaria	Corpo de Infantaria
Corpos	-	1	2
Esquadrões e Companhias	-	2	8
Estado-Maior do Regimento	3	-	-
Estado-Maior das Companhias	6	7	10
Estado-Menor	-	30	54
Força das Companhias	-	178	960
Oficiais	9	19	42
Praças		196	982
Total Geral	9	215	1.024

Fonte: Relatório do Regimento Militar do Estado.

Um detalhe interessante desse relatório foi a formação dos “Estados Menores” compostos por graduações inferiores, como Sargentos e Músicos. Esses ajudavam os Oficiais comandantes nas missões da tropa. Outra curiosidade é que, no ano de 1900, o Coronel PM Fontoura assumiu o Comando da Instituição, iniciando um período de 11 anos à frente da Polícia Paraense, sendo o mais longo Comandante-Geral de maneira contínua.

Assim, no contexto pós-guerra de Canudos, percebe-se a existência de um Estado-Maior que ficou interligado ao segundo na hierarquia, como no caso do Tenente Coronel Saturnino de Barros e Arouck, que se tornou uma liderança militar por destacar a valorização dos estudos na Instituição, sendo um Oficial importante no Estado-maior do Coronel Fontoura.

A CONSTRUÇÃO INSTITUCIONAL AO LONGO DO SÉCULO XX

O Estado-Maior Geral da Polícia Militar do Pará foi oficialmente criado no ano de 1935. Contudo, a efetivação de um Estado-Maior Geral (EMG) possui uma memória e história que ultrapassam a criação oficial do setor estratégico da Instituição. A história jurídica deste setor da Corporação está alicerçada ao contexto da Era Vargas no âmbito nacional (1930-1945) e, no âmbito local, perpassando pelos governos dos interventores Magalhães Barata (1930-1935) e José Malcher (1935-1943). Este período combinou com a construção de um aparato jurídico nacional, com a promulgação da Constituição de 1934 e os debates sobre direitos sociais, assim como um controle político sobre os setores antagônicos que possibilitou a construção da ditadura do Estado Novo (1937-1945).

Essa narrativa histórica destaca um momento turbulento politicamente no Brasil e no âmbito mundial, caracterizado por disputas políticas-ideológicas que levaram várias nações à Segunda Guerra Mundial. Nesse sentido, a construção do EMG nos anos de 1930 esteve focada no controle sobre os militares estaduais, que, de variados nomes passaram a se chamar de Polícia Militar, não sem resistência, mas no processo de controle, foi o que a Carta Magna de 1934 positivava.

As mudanças que ocorreram ao longo do século XX na Polícia Militar se iniciam por um período histórico denominado de “entre guerras mundiais”. Nesse período, os extremismos de direita se fortaleceram como alternativa ao liberalismo e ao comunismo em disputa.

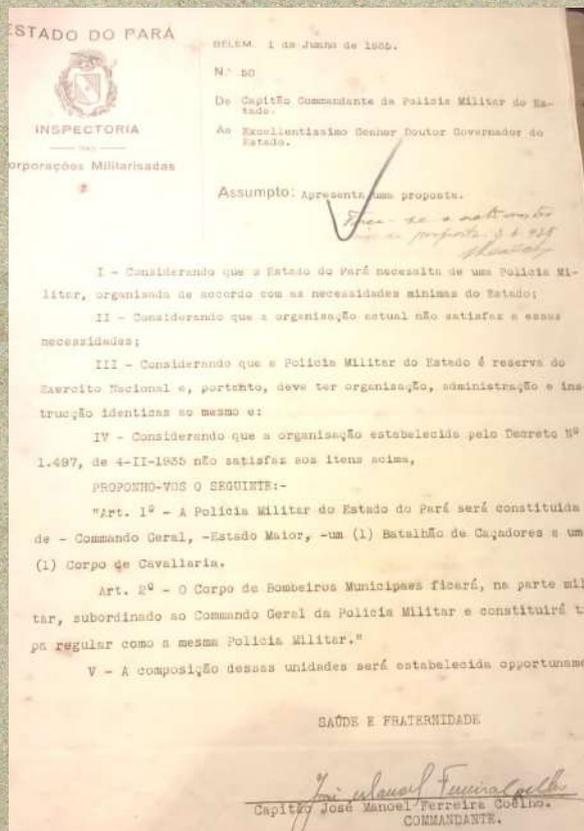
No âmbito paraense, a década de 1920 apresentou uma série de revoltas e movimentos de militares que levou ao confronto as tropas locais, normalmente ligadas aos governadores dos estados-membros da República Brasileira e as Forças Federais. Esses embates, marcados pela violência em todos os lados, foram um dos fatores que criou a possibilidade da ascensão de Getúlio Vargas ao poder político nacional. Isso ocorreu a partir de um movimento que destituiu o presidente da república e fortaleceu o poder político nas mãos do poder executivo.

No caso do estado do Pará, o 1º tenente do Exército Joaquim de Magalhães Cardoso Barata (1888 - 1959) assumiu o poder político local e, como forma de controle e retaliação política, extinguiu a Força Pública Militar Paraense e criou um grupo de Guardas Civis que fariam as missões da antiga Força Pública do Pará.

Essa mudança na organização ocorreu em novembro de 1930, deixando vários militares desempregados. Somente com revolta ocorrida em São Paulo no ano de 1932 e a promulgação da Constituição de 1934, a Polícia Militar do Pará começou a ser reorganizada novamente. Inicialmente, foi estabelecida como Companhia de Estabelecimento e em seguida como Batalhão de Infantaria.

No ano de 1935, o então Capitão do Exército José Manoel Ferreira Coelho (1902 - 1979) assumiu o Comando da Corporação, sendo comissionado como Coronel. Ele passou a construir legislações, cursos de formação e trabalhos que culminaram, em 1935, ao estabelecimento da Polícia Militar do Pará como instituição formada pelo Comando Geral, Estado-Maior, Regimento de Cavalaria (RC), Batalhão de Caçadores (BC), conforme a figura a seguir:

Figura 2: Proposta de organização da Polícia Militar



Fonte: Acervo do Arquivo Público do Pará (APEP).

Figura 3: O Comandante José Manoel Ferreira Coelho em reunião com o Estado-Maior da PM no cassino dos oficiais do BC em 1937



Fonte: Álbum de fotografia do Batalhão de Caçadores, IHGP.

Assim, as mudanças foram sendo construídas no sentido de um maior controle por parte do Exército, ao mesmo tempo seguindo a constituição vigente, que estabelecia as Polícias Militares como Forças Auxiliares e reserva do Exército Brasileiro. Sendo este um modelo utilizado ao longo do período pós Segunda Guerra Mundial (1939 - 1945), resultando na criação juridicamente do EMG da Polícia Militar, no dia 06 de junho de 1935, através do Decreto 1683.

O ESTADO-MAIOR DA PMPA: PASSADO E PRESENTE

A construção das referências históricas do Estado-Maior Geral atualmente se alicerça no “servir e proteger”, próprio do cotidiano da atividade Policial Militar, conforme positivado na Carta Magna de 1988, nos artigos 42 e 144, § 5º e 6º, pois todas as atividades de Polícia Ostensiva e preservação da Ordem Pública perpassam pelo conjunto de atribuições constitucionais.

Um ponto interessante que remonta ao início da década de 1980, anterior à promulgação da Constituição cidadã de 1988, é que o EMG já participava do processo de redemocratização que permitiu a entrada de mulheres na tropa, por exemplo, o que demonstra os alicerces históricos do órgão e como a construção de uma visão holística e humanística foi sendo fortalecida ao longo do processo democrático.

Atualmente, o trabalho policial militar é indissociável do setor estratégico, que conforme as atribuições legais, destaca o EMG e sua função como um Órgão consultivo e de planejamento institucional, conforme citação do site da Polícia Militar do Pará a seguir:

O Estado-Maior Geral é o órgão de direção geral responsável, perante o Comandante Geral, pelo planejamento, organização, direção e controle das atividades da Corporação, elaborando diretrizes e ordens de Comando, em consonância com a missão institucional e a política de segurança pública do Estado. A principal atribuição deste órgão é elaborar as doutrinas que serão orientação para as ações da Corporação nas áreas pessoal, inteligência, operações, logística, comunicação, orçamento e controle da qualidade (<https://www.pm.pa.gov.br/estado-maior-geral.html>).

É inegável que a missão atual do EMG está pautada no sentido democrático da atividade de segurança pública e sua polícia ostensiva. No entanto, é interessante compreender as relações entre passado e presente para percebermos as mudanças e continuidades na complexidade da construção de doutrinas e assessoramento do Comandante-Geral da Instituição, que tem como desafio a defesa dos direitos e garantias fundamentais de cada cidadão paraense.

Figura 4: Oficiais do Estado-Maior Geral



Fonte: ASCOM, PMPA.

Nos últimos anos, o Estado-Maior Geral consolidou seu papel estratégico institucional contribuindo na construção de manuais ligados às especialidades de policiamento ostensivo, doutrinas de ações policiais, padronização do uso do uniforme, normas de ensino e aprendizagem institucional, revistas científicas, anuários, entre outras ações importantes para os desafios da Polícia Ostensiva e preservação da Ordem Pública no século XXI.

A experiência dos sujeitos ao longo dos 205 anos de atividade Policial Militar destaca um contexto atual ligado à memória democrática, fortalecida por ações que perpassam pela compreensão de um papel do Estado-Maior Geral ligado aos valores científicos e à doutrina humanista própria do “servir e proteger” as pessoas ao longo da história do povo paraense.